Melhoraram os salários rurais?

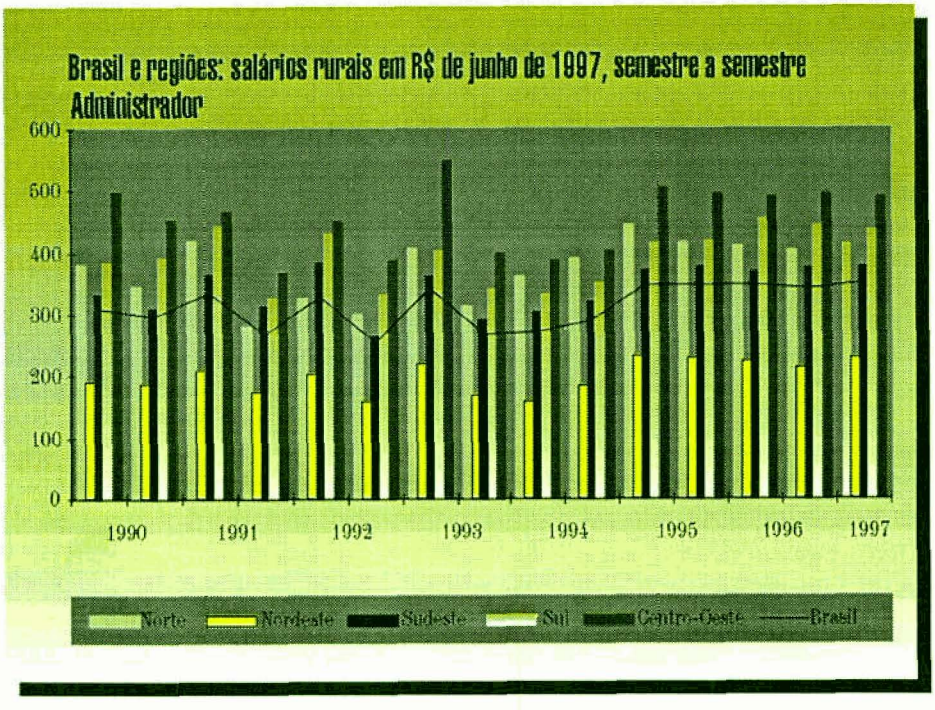
No primerio semestre deste ano, os salários do campo voltaram aos patamares do primeiro semestre de 1996 e tendem à estabilidade, por conta dos aumentos posteriores à implantação do Plano Real.

Maria José Cyhlar Monteiro

Os salários rurais e salário mínimo urbano registram uma trajetória bastante semelhante ao longo do tempo no período 1966-97, indicando que os aspectos macroeconômicos devem exercer influência mais forte do que os peculiares às diversas ocupações. Também se nota, pelo menos em grandes linhas, bastante aderência entre os mercados de trabalho urbanos e rurais (gráfico).

Por outro lado, parece contraditório que após 1994 o salário do mensalista – categoria de trabalhador rural não-especializado – supere o mínimo urbano, quando se sabe que nesse período os preços agrícolas se deterioraram sensivelmente e que uma das principais atividades absorvedoras de mão-de-obra, o algodão, atravessava a pior crise de sua história.

Algumas hipóteses podem ser aventadas. Uma delas é que, no primeiro semestre de 1994, o salário mínimo atingiu seu nível mais baixo ao longo do período considerado e que os reajustes que se seguiram, fixados legalmente, embora repusessem a inflação registrada e ainda concedessem um pequeno aumento real, não conseguiram compensar toda a defasagem ocorrida (em *Agroanalysis* de novembro de 1995 se explica como a sistemática da urvização adotada na transição entre o cruzeiro real e o real criou sérios problemas metodológicos no deflacionamento de séries temporais). Os salários rurais negociados entre as partes seguiram uma trajetória mais suave. Outro aspecto a considerar é que o salário mínimo representa um patamar de referência, sendo que boa parte dos trabalhadores não-qualificados no meio urbano recebe mais do que um salário mínimo, ao passo que o salário do mensalista é de fato um salário médio.



Diferenças por categorias e regiões

De modo geral, os salários do administrador são equivalentes a uma vez e meia o salário do capataz e cerca de duas vezes maiores que a remuneração do mensalista. O salário do tratorista é quase 75% do salário do administrador e uma vez e meia o salário do mensalista.

O salário do diarista aumentou mais velozmente do que os das outras categorias. No fim dos anos 60, seria necessário trabalhar em torno de 30 dias para ganhar o equivalente ao trabalhador mensalista. Mais recentemente, seriam necessários apenas 21 dias – embora se saiba que essa relação é apenas teórica, pois o número de dias efetivamente trabalhados pelo bóia-fria depende de uma série de circunstâncias. Há ainda a considerar que, freqüentemente, na contratação de trabalhos temporários, o pagamento está condicionado ao cumprimento de determinadas metas, como quantidade de cana colhida por exemplo, que podem representar maior esforço por parte do trabalhador e que de certa maneira anulariam o aumento de salário registrado ao longo do tempo.

Por outro lado, alguns indicadores apontam para melhora da situação do trabalhador rural, como o aumento da participação daqueles com carteira assinada. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o número de trabalhadores

rurais com carteira assinada tem crescido, contrariando o que ocorre no setor urbano. A PNAD pesquisa domicílios em todo o território nacional, com exceção da região Norte. Segundo essa pesquisa, enquanto 61% dos trabalhadores fora do campo tinham carteira assinada em 1983, apenas 10% dos trabalhadores rurais se encontravam em tal situação. Em 1995, a proporção era de 53,7% e 27% respectivamente. Com relação aos trabalhadores não-agrícolas, pode-se supor que o número de trabalhadores com carteira assinada no período mais recente tenha sido superestimado, pois a pesquisa passou a destacar numa categoria àparte os militares e funcionários públicos estatutários. Como no entanto essas categorias não se fazem presentes nas atividades do campo, o aumento de trabalhadores com carteira assinada como proporção do total de trabalhadores em atividades agrícolas é uma comparação válida.

Regionalmente os salários mais baixos, para qualquer categoria de trabalhador rural são registrados no Nordeste, em boa medida devido ao grande número de pessoas residentes no meio rural, à baixa qualificação da mão-de-obra e às dificuldades que as atividades agropecuárias encontram na região.

Parece contraditório que após 1994 o salário do mensalista – trabalhador rural não-especializado – supere o mínimo urbano

Os salários mais altos se dispersam segundo categoria. Administradores, capatazes e tratoristas ganham mais no Centro-Oeste (eventualmente na região Norte), o que pode ser explicado não só pela baixa densidade demográfica da área como pelo fato de que ali o trabalho mais qualificado só é demandado por grandes estabelecimentos. Mensalistas e diaristas são mais bem-remunerados no Sudeste e no Sul, já que ali a mão-de-obra em geral é mais qualificada e há mais oportunidades no setor urbano, e também pelo tipo de atividades agrícolas aí desenvolvidas.

E-mail: *mjeyhlar@fgv.br*

